

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Português Aplicado ao Direito: experiência de ensino a estudantes chineses

Susana Sardinha Monteiro, Catarina Mangas

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15172>

Submetido em: 2026-02-21

Postado em: 2026-03-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Paula Cristina Ferreira (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7258-6616>)

ARTIGO

PORTUGUÊS APLICADO AO DIREITO: EXPERIÊNCIA DE ENSINO A ESTUDANTES CHINESES

CATARINA MANGAS¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0843-5861>
catarina.mangas@ipleiria.pt

SUSANA SARDINHA MONTEIRO²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8606-8126>
susana.monteiro@ipleiria.pt

¹ CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria. Leiria, Portugal.

² IJP-Polo de Leiria - Instituto Jurídico Portucalense -Polo de Leiria, CI&DEI — Centro de Estudos em Educação e Inovação, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria. Leiria, Portugal.

RESUMO: Este artigo discorre sobre a prática do processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa para fins específicos, aplicado a estudantes chineses da Licenciatura em Relações Comerciais China-Países Lusófonos. Inicia-se pelo enquadramento e caracterização do curso, fruto da parceria entre a Universidade Politécnica de Macau (China) e a Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (Portugal), destacando-se os seus objetivos e estrutura curricular. Posteriormente, abordam-se os elementos e estratégias considerados durante a fase de planificação, com especial enfoque no módulo de Direito, integrado em duas Unidades Curriculares do 2º ano do curso (Língua Portuguesa como Língua Estrangeira Aplicada I e II). Faz-se referência aos conteúdos programáticos e, em especial, à articulação entre os temas específicos do Direito e a aprendizagem da Língua Portuguesa, analisando-se, ainda, as estratégias de ensino-aprendizagem centradas no estudante, particularmente relevantes pelo facto do percurso formativo decorrer em contexto de imersão linguística e cultural, na cidade de Leiria. As metodologias ativas de ensino abrangem, ainda, a componente de avaliação, concebida de forma contínua, sistemática e integrada, no sentido de identificar áreas de melhoria e consolidar aprendizagens, potenciando a inclusão e o sucesso académico. A análise do percurso formativo, sublinha a pertinência da articulação entre o estudo da Língua Portuguesa e das áreas de especialidade do curso, e a relevância da imersão linguística e cultural na capacitação de profissionais aptos a atuar com competência e eficiência nos contextos jurídicos e comerciais dos países lusófonos.

Palavras-chave: Português, Direito, Ensino Superior, Estudantes estrangeiros, Estudantes chineses

PORTUGUESE APPLIED TO LAW: TEACHING EXPERIENCE TO CHINESE STUDENTS

ABSTRACT: This article discusses the practical experience of the teaching-learning process of Portuguese for specific purposes, targeted at Chinese students enrolled in the Bachelor's Degree program in Commercial Relations between China and Portuguese-Speaking Countries. It begins by contextualizing and characterizing the degree, which results from a partnership between the Polytechnic University of Macau (China) and the School of Education and Social Sciences of the Polytechnic University of Leiria

(Portugal), emphasizing its objectives and curriculum structure. Subsequently, the paper addresses the elements and strategies considered during the planning phase, focusing especially on the Law module integrated into two second-year course units (Portuguese as an Applied Foreign Language I and II). A specific reference is made to the syllabus content, especially the integration between legal topics and Portuguese language learning. Additionally, the article analyzes student-centered teaching-learning strategies, which are particularly relevant given that the linguistic and cultural immersion context of the training takes place in the city of Leiria. Active teaching methodologies also include continuous, systematic, and integrated assessment practices, designed to identify areas for improvement and consolidate learning, thereby promoting inclusion and academic success. The analysis of the educational pathway underscores the importance of integrating the study of Portuguese language with the specialized areas of the course, as well as highlighting the relevance of linguistic and cultural immersion in preparing professionals capable of operating competently and efficiently within legal and commercial contexts in Portuguese-speaking countries.

Keywords: Portuguese, Law, High education, Foreign students, Chinese students

LA ENSEÑANZA DEL PORTUGUÉS APLICADO AL DERECHO: UNA EXPERIENCIA CON ESTUDIANTES CHINOS

RESUMEN: Este artículo discurre sobre la práctica del proceso de enseñanza-aprendizaje de la Lengua Portuguesa con fines específicos, aplicado a estudiantes chinos del Grado en Relaciones Comerciales China-Países Lusófonos. Se inicia con el encuadramiento y la caracterización del curso, fruto de la asociación entre la Universidad Politécnica de Macao (China) y la Escuela Superior de Educación y Ciencias Sociales del Instituto Politécnico de Leiria (Portugal), destacando sus objetivos y estructura curricular. Posteriormente, se abordan los elementos y estrategias considerados durante la fase de planificación, con especial énfasis en el módulo de Derecho, integrado en dos Unidades Curriculares del segundo año del curso (Lengua Portuguesa como Lengua Extranjera Aplicada I y II).

Se hace referencia a los contenidos programáticos y, en particular, a la articulación entre los temas específicos del Derecho y el aprendizaje de la Lengua Portuguesa, analizándose además las estrategias de enseñanza-aprendizaje centradas en el estudiante, especialmente relevantes por el hecho de que el itinerario formativo se desarrolla en un contexto de inmersión lingüística y cultural en la ciudad de Leiria. Las metodologías activas de enseñanza abarcan también la componente de evaluación, concebida de forma continua, sistemática e integrada, con el objetivo de identificar áreas de mejora y consolidar aprendizajes, potenciando la inclusión y el éxito académico.

El análisis del itinerario formativo subraya la pertinencia de la articulación entre el estudio de la Lengua Portuguesa y las áreas de especialidad del curso, así como la relevancia de la inmersión lingüística y cultural en la capacitación de profesionales capaces de actuar con competencia y eficacia en los contextos jurídicos y comerciales de los países lusófonos.

Palabras clave: Portugués, Derecho, Educación Superior, Estudiantes extranjeros, Estudiantes chinos.

INTRODUÇÃO: A LICENCIATURA EM RELAÇÕES COMERCIAIS CHINA-PAÍSES LUSÓFONOS

A Licenciatura em Relações Comerciais China-Países Lusófonos (RCCPL) surgiu da necessidade de formar profissionais que tivessem conhecimentos nas áreas do Comércio, Direito, Economia e Gestão, a par de um domínio da Língua Portuguesa que permitisse mediar negócios entre falantes da língua de Camões. Neste contexto, visa preparar jovens para trabalhar em organismos

públicos e serviços no domínio do comércio internacional, assim como em empresas cujo mercado envolva os países lusófonos.

O curso tem a duração de quatro anos, sendo que três decorrem na Universidade Politécnica de Macau, e um, o 2º ano, é lecionado em Portugal, mais especificamente na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Os primeiros estudantes chineses de RCCPL deram continuidade ao seu percurso formativo no Instituto Politécnico de Leiria (IPLeia) no ano letivo 2016/2017, altura em que alguns docentes já se encontravam familiarizados com o ensino de português a estudantes chineses, nomeadamente pelo facto de estar em funcionamento, no IPLeia, desde 2006, a licenciatura em Tradução e Interpretação Português-Chinês, Chinês-Português, que tem a particularidade funcionar através de um intercâmbio com duas instituições chinesas (a Beijing Language and Culture University e a Universidade Politécnica de Macau). Neste contexto, foi-se conhecendo a cultura chinesa, o que determinou a criação do Centro de Línguas e Cultura Chinesas, em 2008. Mais tarde, em 2017, foi constituído o Grupo de Ensino de Português Língua Estrangeira, com a finalidade de coordenar e articular a formação em Português Língua Estrangeira e de promover iniciativas com a comunidade. Estas iniciativas permitiram compreender melhor as especificidades do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes chineses, ajustando práticas letivas e atividades educativas ao seu perfil.

O curso de RCCPL possui, ainda assim, características diferenciadoras, nomeadamente o facto de os estudantes estarem em imersão linguística apenas durante um ano letivo (e não dois, como acontece no curso de tradução), de se esperar que aprendam a Língua Portuguesa aplicada a quatro áreas de especialidade (Comércio, Direito, Economia e Gestão) e da licenciatura que frequentam não ter como área científica fundamental as Línguas e Literaturas.

Os perfis dos estudantes e os objetivos específicos da formação em apreço, impulsionaram um trabalho conjunto e sistemático entre docentes do Departamento de Línguas e Literaturas e docentes do Departamento de Ciências Sociais da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do IPLeia, desde a fase de planificação, até à fase da implementação e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

O artigo que aqui se apresenta, pretende refletir sobre o percurso pedagógico levado a cabo no 2.º ano da Licenciatura, em particular no que diz respeito ao módulo de Direito, das Unidades Curriculares de Língua Portuguesa como Língua Estrangeira Aplicada I e II, descrevendo um ambiente de ensino-aprendizagem que se entende rico e profícuo nas vertentes linguística, de especialidade, mas também cultural e interpessoal.

A PLANIFICAÇÃO DA AÇÃO PEDAGÓGICA

Decorria o ano de 2015 quando os docentes da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) foram desafiados a colaborar com o então Instituto Politécnico de Macau (atual Universidade Politécnica de Macau - UPM), no sentido de se estruturar, em conjunto, uma nova licenciatura, que veio a ser chamada de Relações Comerciais China-Países Lusófonos. A colaboração dos docentes portugueses centrou-se, acima de tudo, na planificação do 2.º ano do curso, uma vez que neste período os estudantes chineses teriam a sua formação em Leiria.

Com base num conjunto de conteúdos, definidos pela UPM, foram planeadas as quatro Unidades Curriculares (UC) dos 3º e 4º semestres do curso – Língua Portuguesa como Língua Estrangeira Aplicada I e Língua Portuguesa como Língua Estrangeira Aplicada II, com 225h cada, e Inglês III e IV, com 45h cada.

Nas UC de Língua Portuguesa, uma das principais premissas seria o ensino da língua, esperando-se que os estudantes evoluíssem de um nível elementar, nível A do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas - QECR para um estatuto de utilizadores independentes, nível B do QECR ([Conselho da Europa, 2001](#)), em articulação com as áreas do Comércio, Direito, Economia e Gestão. Percebeu-se, portanto, desde logo, que a preparação das fichas das unidades curriculares (e futura leção) teria de incluir docentes de diferentes áreas científicas e, conseqüentemente, de diferentes Departamentos da instituição acolhedora.

Como forma de organização, e no sentido de agilizar o processo, optou-se por definir quatro módulos em cada Unidade Curricular, um para cada área, a que corresponderam quatro pares pedagógicos, que incluíram um professor de português e um professor de uma das áreas de especialidade. Estes docentes procuraram, de forma articulada, planificar a sua ação pedagógica, tendo em consideração os seguintes objetivos: desenvolver e consolidar competências e conhecimentos de comunicação e de aprendizagem em Língua Portuguesa; adquirir novo vocabulário nos domínios de referência do curso de Relações Comerciais China-Países Lusófonos (Economia, Direito, Comércio e Gestão); aprofundar a compreensão de conceitos específicos nos domínios de referência e aplicar as noções gerais e os conceitos básicos da Economia, Direito, Comércio e Gestão em situações simuladas ou reais no contexto português.

No que diz respeito, especificamente, ao módulo de Direito, com um total de 45h em cada semestre, para além da ficha da unidade curricular, foi preparado um conjunto de recursos didáticos que foram reunidos num manual de apoio – ‘Língua Portuguesa Aplicada ao Direito’, publicado em 2018 pelo Instituto Politécnico de Macau ([Politécnico de Macau](#)). A elaboração deste manual desempenhou um papel crucial na promoção de competências comunicativas e no desenvolvimento de conhecimentos aplicados ao domínio do Direito. De forma inovadora, combina a didatização de conteúdos de Língua Portuguesa com uma introdução ao estudo do Direito, numa perspetiva transdisciplinar. O manual é explorado numa dupla perspetiva, na medida em que visa promover a proficiência linguística em português e a aprendizagem de um saber especializado, em particular, o do Direito. Esta abordagem disciplinar de duas áreas científicas que se entrecruzam, o Direito e a Língua Portuguesa, oferece aos atores envolvidos, estudantes e professores, um diálogo interativo, resultando numa nova forma de ensinar e aprender que é, simultaneamente, objetiva, articulada, clara e rigorosa.

A estrutura do manual obedece a uma lógica tradicional de progressão de conteúdos da área do Direito e de complexidade das estruturas linguísticas da Língua Portuguesa (nível A2/B1 do Quadro Europeu Comum de Referência). Encontra-se, assim, dividido em duas partes, que contemplam unidades temáticas organizadas em pontos específicos. A Parte I inclui cinco Unidades temáticas, a saber: conceito de Direito; Sistema Jurídico; Regra Jurídica; Proteção Coativa e Fontes do Direito, e a Parte II três Unidades temáticas, a saber: Relação Jurídica; Interpretação e Aplicação da Lei; Ramos do Direito.

Cada Unidade tem início com a apresentação de um sumário que sintetiza os conteúdos a abordar e os respetivos conceitos em foco, em português, inglês e chinês, permitindo uma comparação entre as línguas e uma melhor compreensão por parte dos estudantes, por se acreditar, tal como [Figueiredo \(2004\)](#), que

É a partir do léxico que o aluno interioriza progressivamente a língua e constrói um pensamento consciente acerca do povo que essa língua fala; é através do léxico que o sujeito de aprendizagem processa a informação e alia uma função de representação a uma função de comunicação; é com o léxico que ele constrói, estrutura e organiza o saber e é através do léxico que ele acede ao sistema conceptual configurado pela linguagem. (p. 110)

A exploração do léxico serve, portanto, como mote para o trabalho em torno da Língua Portuguesa como um todo, considerando a sua vertente recetiva (ouvir e ler), produtiva (falar e escrever), interativa (falar e escrever) e de mediação (traduzir e interpretar) ([Conselho da Europa, 2001](#)). No estrito domínio do ensino do Direito, a UC realiza uma breve conceptualização e exposição dos conteúdos jurídicos de cada uma das unidades temáticas, permitindo que os estudantes alcancem uma compreensão abrangente dos princípios essenciais que orientam e regem o funcionamento do sistema jurídico português, que lhes permita uma análise crítica do sistema como um todo e equacionar as diferenças face ao chinês. Neste sentido, é importante lembrar que o “Direito é uma realidade social. É, por isso, historicamente enquadrável. O Direito é sempre o Direito do momento e do lugar” ([Sousa; Galvão, 1998](#), p. 273).

Ao longo das oito unidades multiplicam-se os exercícios de aplicação que visam trabalhar, por um lado, os conteúdos de Língua Portuguesa e, por outro, as matérias de especialidade. No final de cada Parte são apresentadas as soluções dos exercícios, as referências consultadas para a sua elaboração, bem como um glossário dos conceitos em foco, que inclui o termo, a classificação gramatical e a respetiva definição, conforme recorte expresso na Figura 1.

Figura 1 - Glossário apresentado no final da Parte I do livro 'Língua Portuguesa Aplicada ao Direito'

L		
Legislação	<i>N. fem.</i>	Conjunto das leis de um país.
Legislatura	<i>N. fem.</i>	Tempo durante o qual um órgão legislativo exerce as suas funções.
Legitimidade	<i>N. fem.</i>	Característica que garante que as normas da Ordem Jurídica são criadas por entidades competentes, principalmente a Assembleia da República.
Legítima defesa	<i>N. fem.</i>	Reação de uma pessoa perante uma agressão ou ameaça que é feita a si ou ao seu património.
Lei	<i>N. fem.</i>	Diploma normativo criado por um órgão estadual competente para estabelecer regras que devem ser seguidas pelos cidadãos.
Liberdade	<i>N. fem.</i>	Característica das normas da Ordem Social que permite que as mesmas sejam violadas em função da vontade de cada um.
M		
Magistrado	<i>N. masc./adj.</i>	Profissional da função pública que tem autoridade judicial ou administrativa.
Mandato	<i>N. masc.</i>	Contrato que obriga um sujeito a praticar atos jurídicos por conta de outro.
Ministério	<i>N. masc.</i>	Departamento em que se divide o poder executivo.
Ministro	<i>N. masc./adj.</i>	Membro do Estado que dirige um Ministério.
Moral	<i>N. fem.</i>	Conjunto de convicções que regem a conduta de um indivíduo.
Multa	<i>N. fem.</i>	Sanção que tem natureza pecuniária.

Fonte: Politécnico de Macau

As definições incluídas no glossário foram elaboradas com o objetivo de proporcionar clareza e facilitar a compreensão, utilizando uma linguagem simples e direta. Tal abordagem procurou atender ao perfil dos alunos chineses e ao seu nível de proficiência linguística. Dessa forma, o esforço na construção das definições visou evitar termos excessivamente técnicos ou complexos, privilegiando uma comunicação acessível e inclusiva, que permitisse o entendimento pleno dos conceitos apresentados, evitando o recurso à tradução literal para a língua materna dos alunos.

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Dos conteúdos programáticos às estratégias didáticas

Considerando que a área do Direito representa um campo completamente novo para os estudantes do 2.º ano do curso RCCPL, entende-se que é relevante destacar, não apenas os aspetos específicos dessa disciplina, mas também a própria palavra "Direito", nas suas múltiplas aceções. Tal abordagem pretende introduzir um universo ainda desconhecido, enquanto se explora a riqueza de significados e interpretações que o termo acarreta, nos seus diferentes contextos de uso, contribuindo para a formação de uma compreensão ampla do conceito.

Pelo exposto, as primeiras aulas do 1.º semestre são destinadas à exploração dos diferentes sentidos da palavra 'direito', tendo por base pequenos textos que remetem para a sua utilização quotidiana, por se assumir que existe uma relação entre os conhecimentos lexicais e os diferentes domínios linguísticos, não bastando, por isso, listar ou memorizar um conjunto de conceitos, mas, acima de tudo, enquadrá-los semanticamente (Vilela, 1994). Por outras palavras, entende-se, tal como defende Lefta (2000), que é vantajoso aceder às palavras "no seu habitat natural, vivendo em equilíbrio ecológico

com as outras palavras” (p. 1), vistas como unidades de sentido (Villalva; Silvestre, 2014), aumentando, desta forma, o que Inês Duarte (2011) designa de capital lexical.

Esta exploração é ainda mais relevante no caso dos estudantes chineses, uma vez que, tipicamente, estes têm tendência para memorizar os conteúdos exposto pelo professor, muitas vezes sem acederem ao seu significado, influenciados pelo hábito de reter caracteres e excertos de textos clássicos da literatura chinesa, considerados modelos para a análise escrupulosa da morfossintaxe (Hu, 2002). Pelo contrário, procura-se criar redes lexicais que tenham o papel de contribuir para uma compreensão contextualizada, que permita aumentar as suas potencialidades comunicativas (Lefta, 2000), para, por fim, se chegar ao Direito, enquanto área científica.

Ainda que se intercale a exploração lexical com conteúdos gramaticais, pretende-se levar os estudantes a perceber que, no contexto de imersão linguística em que se encontram durante um ano letivo, não se vão adotar métodos focados no conhecimento da estrutura da língua, que recorram à explicitação das regras e à tradução de palavras isoladas e descontextualizadas, pretendendo-se, acima de tudo, desenvolver a sua proficiência linguística em contexto. Acredita-se, tal como Gu e Schweisfurth (2006) que a necessária adaptação destes estudantes a estas novas metodologias de ensino-aprendizagem, aumenta a sua autonomia e, conseqüentemente, melhora a sua capacidade para procurar soluções e adquirir novos conhecimentos na Língua Portuguesa.

Neste contexto, o estudo das temáticas jurídicas inicia-se com a escarpelização da área do Direito e das suas diversas dimensões e sentidos, considerando a sua importância na e para a vida social. Numa fase inicial distingue-se a ordem natural e a ordem social, sendo esta última explorada tendo em consideração situações reais e próximas dos estudantes, que retratam a ordem de trato-social, a ordem moral e a ordem religiosa para, por fim, se chegar à ordem que trata as normas jurídicas consideradas pela área do Direito, e com as quais os estudantes chineses não estão tão familiarizados. Como indutor para a exploração destas temáticas, recorre-se a texto multimodal. A título de exemplo, deixa-se um cartoon que serviu de base à explicitação da ordem do trato-social e, em particular, às regras de etiqueta.

Figura 2: *Cartoon para exploração das regras de etiqueta – Ordem de trato social*



Fonte: <https://coisasdodia.blogs.sapo.pt/em-que-lugar-fica-o-telemovel-3222>

O Direito regula relações da vida social, compondo interesses conflitantes, composição essa que pode resultar da conciliação dos diversos interesses em presença, ou da priorização dos que são considerados mais importantes – essa ponderação e o tratamento jurídico desses interesses são influenciados por valores que podem variar entre diferentes sistemas jurídicos estaduais (Sousa; Galvão, 2000). O Direito é, assim, uma disciplina dominada por valores impondo-se o estudo sobre os princípios que o fundamentam, como a justiça, a equidade e a segurança jurídica.

Uma das dimensões do Direito é a dimensão normativa (Sousa; Galvão, 2000) pelo que nesta análise do geral para o particular, precisam-se os conceitos de norma jurídica, a sua natureza, estrutura e função na regulação das relações sociais e na manutenção da ordem, da segurança e do bem-estar social. Segue-se a exploração e caracterização do sistema Jurídico português, incluindo o papel do Estado e dos órgãos de soberania na organização social, em especial, na criação, execução e aplicação dos atos legislativos.

Considerando as significativas diferenças entre o sistema jurídico chinês e o conjunto de princípios unificadores, mas abertos e democráticos, do contexto português, os estudantes são levados a

posicionarem-se, apresentando razões ou argumentos para defender determinados assuntos ou ideias. A partir da exploração de alguns textos e vídeos informativos, são trabalhadas estruturas linguísticas e expressões específicas, que permitem produzir argumentos e opiniões, que fundamentam determinada tese. Criam-se, para o efeito, situações simuladas (*simulation-based learning*), em pequenos grupos, em que os estudantes são desafiados a participar em ocorrências (*role-play*) que replicam situações do mundo jurídico. As dramatizações ou representações na sala de aula, tornaram-se uma forma de recriar papéis sociais, potenciando a iniciativa e a interação, que são muitas vezes competências desafiantes para os estudantes chineses ([Pires, 2021](#)), tendo por base a intenção de exemplificar o poder político dos órgãos de soberania em Portugal (Presidente da República, Assembleia da República, Governo e Tribunais), reforçando o uso da linguagem técnico-jurídica apropriada.

A não observância das normas jurídicas implica, segundo o Direito, a reposição coativa do seu cumprimento ou a reparação da violação das mesmas, através de meios de tutela jurídica, a que corresponde o quarto ponto do Programa da Unidade Curricular de Língua Portuguesa como Língua Estrangeira Aplicada I. Neste ponto, recorre-se a uma aprendizagem baseada em problemas, em que os estudantes são confrontados com situações complexas que refletem situações do mundo real. Os estudantes trabalham em pequeno grupo para identificar soluções, aplicando conhecimentos teóricos e desenvolvendo habilidades práticas para resolver os problemas apresentados, promovendo, desta forma, a prática da Língua Portuguesa. Para a aplicação de conhecimentos jurídicos, recorre-se a uma aprendizagem baseada em casos (*case-based learning*), em que os estudantes são expostos a casos reais ou fictícios que representam situações específicas dentro de um contexto laboral e profissional ([Alcantara, 2020](#)). Para além da análise do caso, os estudantes têm de identificar as questões/problemas-chave, desenvolver estratégias de resolução e tomar decisões, simulando assim experiências da vida real, mediante a aplicação dos corretos dispositivos legais.

Procura-se, também, trabalhar a compreensão e expressão oral, através da resposta a questões de compreensão, literal, ou seja, da identificação da informação explícita presente no texto, e inferencial, com base em raciocínios dedutivos ou indutivos a partir de elementos textuais ou extratextuais ([Viana; Ribeiro, 2020](#)), do preenchimento de textos lacunares com termos específicos do Direito, da expressão de hipóteses e do diálogo, em que se procura que os estudantes chineses cheguem a uma decisão fundamentada da melhor opção a tomar numa situação concreta, recorrendo-se a meios privados e/ou públicos de tutela jurídica.

O final da Unidade Curricular do 1.º semestre, centra-se na identificação e caracterização dos diferentes modos de formação e revelação das normas jurídicas, ou seja, das diferentes fontes do Direito, com destaque para a fonte privilegiada de Direito, a lei, assim como as regras para a sua interpretação e aplicação. Neste ponto, são ouvidos e lidos excertos de diplomas jurídicos portugueses e visualizados vídeos que procuram levar os estudantes a compreender a formação, vigência e hierarquia das leis e das outras fontes do Direito. O recurso a tabelas, diagramas e mapas conceituais é uma constante ao longo da UC, no sentido de se organizar e explicitar os meios privados e públicos de tutela jurídica. Os estudantes são, neste contexto, cada vez mais expostos à linguagem técnico-jurídica, uma vez que os textos aqui trabalhados têm um enfoque especial no vocabulário específico da área jurídica, incluindo conceitos legais e termos e expressões técnico-jurídicas.

Ao longo do 1.º semestre, pretende-se, através de uma aprendizagem baseada em tarefas, como jogos (ex. jogos de palavras, como palavras-cruzadas), investigações e problemas, e do recurso a uma variedade de ferramentas, incluindo a plataforma Moodle e recursos audiovisuais (vídeos e podcasts), aumentar o interesse dos estudantes pela área do Direito e levá-los a uma compreensão sólida dos seus fundamentos, preparando-os para as temáticas a trabalhar no 2.º semestre do segundo ano do curso, na Unidade Curricular de Língua Portuguesa como Língua Estrangeira Aplicada II.

Esta UC inclui três grandes temáticas, a saber: a Relação Jurídica, a Interpretação e Aplicação da Lei e os Ramos do Direito. Na abordagem às três temáticas, adotam-se conceitos técnicos e de especialidade, esperando-se que os estudantes já tenham condições para apresentar o resultado de pesquisas próprias ou a síntese de informações fornecidas pelos docentes, contrastando perspetivas e argumentos de reforço e contraposição, sob a forma de exposição oral ou escrita.

Decorrendo a vida social em relação e em permanente interação, importa levar os estudantes a perceber, que relações, de entre as várias que se estabelecem socialmente, as que assumem relevância

para a ordem jurídica, com especial ênfase na identificação nos seus elementos, os sujeitos, o objeto e o facto, bem como nos meios de proteção jurídica dos direitos e interesses dos sujeitos, incluindo os mecanismos de tutela e as formas de resolução de conflitos. O semestre começa, neste âmbito, por incluir a apresentação da relação jurídica com base nos seus quatro elementos, interligando sempre o conteúdo jurídico com o conteúdo de Língua Portuguesa. Neste sentido, os estudantes já devem conhecer um conjunto alargado de vocabulário de base, que vai suportar o alargamento do repertório vocabular e o consequente entendimento e exploração destes elementos expressos em textos de especialidade, competências correspondentes a um utilizador independente - QECR ([Conselho Da Europa, 2001](#)). Por outras palavras, o modelo *bottom-up* de leitura, em que a exploração lexical e semântica parte de palavras e expressões para a frase e para os textos, num percurso linear ascendente, aplicado no 1.º semestre, dá claramente lugar a um modelo mais *top-down* ou descendente, defendido por [Goodman \(1967\)](#), no qual se espera que os estudantes percebam as ideias essenciais do material escrito, através da ativação dos seus conhecimentos prévios e das redes semânticas e contextuais que possuem ([Paz, 2006](#)). É claro que, estando os estudantes ainda numa fase de aprendizagem da Língua Portuguesa e consolidação de conhecimentos, os modelos adotados vão surgindo de forma alternada, em função das necessidades, o que Rumelhart (1985, citado por [Paz, 2006](#)) chama de modelo iterativo.

No segundo semestre, o professor de português aplica, portanto, estratégias que vão para além da compreensão literal e inferencial, passando a solicitar tarefas que desafiem os estudantes a reorganizar a informação, integrando a compreensão inferencial com a capacidade de síntese, e adotar um posicionamento crítico face ao texto ([Viana; Ribeiro, 2020](#)). Este último patamar de compreensão, permite explorar, em sala de aula, exemplos de acontecimentos naturais ou decorrentes da ação humana, que produzem efeitos ou consequências jurídicas, ou seja, factos jurídicos concretos, que poderão vir a ser úteis na futura atividade profissional dos formandos.

Este aprofundamento didático, associado a um maior nível de proficiência linguística e de conhecimentos jurídicos dos estudantes, permite que se passe do reconhecimento da lei, enquanto principal fonte do Direito (1.º semestre) para a exploração da forma como esta é interpretada e aplicada (2.º semestre). Espera-se que os estudantes compreendam que quando se lê um texto, seja ou não uma lei, importa ir para além do sentido literal, ou seja, das palavras que o compõem, o que no caso do Direito remete para o chamado espírito da lei. Contraria-se, mais uma vez, a tendência que os estudantes chineses têm demonstrado de traduzir, palavra a palavra, a informação escrita, para a sua língua materna. Esta é, segundo [Nunes e Antunes \(2020, p. 201\)](#) uma característica da cultura chinesa, em que “o papel central [é] atribuído à língua materna na aprendizagem de uma LE, o que implica a compreensão do léxico e explica o hábito da tradução permanente para a L1 (e também a partir dela) de palavras, frases e excertos da língua-alvo”.

Estando as relações comerciais enquadradas em vários ramos do Direito, que são explorados em maior profundidade nos 3.º e 4.º anos da licenciatura, que decorrem na Universidade Politécnica de Macau, a última unidade de Língua Portuguesa como Língua Estrangeira Aplicada II, serve o propósito de apresentar, genericamente, os ramos do Direito público e do Direito privado. Importa, no entanto, realçar, que raramente se conseguiu chegar a esta última secção do Programa, pelo facto das unidades anteriores absorverem todo o tempo disponível, assumindo-se que, sendo estes tópicos trabalhados em anos subsequentes, seria preferível aprofundar as temáticas anteriores.

A abordagem planeada para a Unidade 3 – Ramos do Direito, centra-se na apresentação detalhada de cada ramo do Direito, a partir de textos de juristas e de materiais autênticos, como como notícias de diversos jornais portugueses, dados estatísticos da Pordata ou páginas web de acesso livre (ex. www.portaldocidadao.pt ou <https://e-justice.europa.eu>).

A seleção destes textos, cuja finalidade comunicativa e contexto de uso original foram preservados, foi baseada nos critérios propostos por [Mishan \(2005\)](#): a origem do texto, que deve ser autêntica, ou seja, proveniente de uma comunicação/autor real e não criada de raiz; a manutenção do propósito comunicativo e do contexto sociocultural do texto original, evitando adaptações que comprometessem características essenciais; a exploração do texto através de tarefas que refletissem necessidades comunicativas reais dos estudantes; e a perceção dos próprios estudantes, que deviam reconhecer o texto como genuíno. Para além destas características inerentes aos materiais, procurou-se expor os estudantes a possíveis usos da língua-alvo, assumindo que a forma como estes eram usados em

sala de aula se aproximasse de possíveis situações reais que os estudantes pudessem enfrentar na sua vida profissional futura, reforçando, dessa forma, o respeito pela autenticidade dos recursos ([Harmer, 2012](#)).

A articulação entre as práticas pedagógicas de sala de aula e as atividades complementares

Ao longo de todo o ano letivo, o ensino da língua é sempre acompanhado por atividades complementares, como aulas abertas com convidados especiais (profissionais da área jurídica), visitas de estudo e estágios extracurriculares. Estas atividades visam proporcionar um contacto direto com a realidade jurídico-política portuguesa, profunda e tangível, com os conteúdos aprendidos em sala de aula, tornando a experiência da aprendizagem mais envolvente e interativa. Acredita-se, portanto, que este tipo de iniciativas tem um impacto significativo na melhoria da experiência de imersão que os estudantes chineses vivem em Portugal, durante um ano letivo, sendo oportunidades para o desenvolvimento de competências que potenciam o seu desempenho académico ([Nassar et al., 2024](#)). De entre as atividades realizadas destaca-se uma visita ao centro do poder legislativo, o Palácio de São Bento, sede do Parlamento português que, para além de proporcionar um conhecimento mais profundo da realidade jurídico política portuguesa, permite um importante exercício de cidadania.

Nesta visita guiada, realizada com áudio-guia, os estudantes chineses ficaram a conhecer a história do Palácio, que começou a ser construído no ano de 1598, com o objetivo de ser um Mosteiro e que, desde a sua construção teve várias funções até ser escolhido para acolher, a partir de 1833, o Palácio das Cortes (designação do Parlamento à época). O guia ofereceu uma narrativa envolvente sobre a história política e cultural de Portugal, destacando, nesse contexto, a importância do edifício na estrutura e organização política portuguesa. Os estudantes puderam aprender o papel do Parlamento, a arquitetura do palácio e os eventos que marcaram a história do país. A opção pelo apoio do áudio-guia visou assegurar uma maior concentração e foco dos estudantes que numa exposição mais tradicional poderiam perder algum conteúdo.

Um dos momentos mais esperados da visita consistiu na assistência à sessão do Plenário da Assembleia da República. Constituiu, esta, uma experiência enriquecedora e fundamental para os estudantes, proporcionando-lhes uma visão prática do funcionamento democrático do país. Ao presenciarem os debates e as discussões sobre as propostas e projetos de lei e as tomadas de decisão que ocorrem no plenário, os estudantes têm a oportunidade única de compreender o papel central do Parlamento na governação do Estado, para além de testemunharem in loco o exercício dos direitos democráticos, como a liberdade de expressão e o direito à representação política.

Para além da visita à sede do baluarte do regime democrático, o Parlamento nacional, têm sido dinamizadas visitas de estudo aos órgãos do poder local, como a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia que proporciona uma compreensão prática do funcionamento da democracia a nível local em Portugal, concretizando o princípio constitucional da descentralização político-administrativa.

Estas visitas proporcionam uma oportunidade única para uma apreciação mais profunda das diferenças e semelhanças entre as estruturas sociais, políticas e constitucionais e, assim, os diferentes sistemas políticos, português e chinês. Esta vivência prática não apenas complementa as aprendizagens em contexto de sala de aula, como também oferece insights valiosos sobre a participação cívica, gestão pública e tomada de decisões e estimula o pensamento crítico, a consciência cívica e o compromisso com os valores democráticos, preparando os estudantes para serem cidadãos informados e ativos comprometidos com o bem-estar individual e coletivo.

Ainda no domínio da estrutura orgânica do Estado português destacamos a assistência a uma sessão de audiência de discussão em julgamento por oferecer uma compreensão direta do sistema judicial português. Essa vivência prática não apenas proporciona uma visão detalhada do sistema judicial português, mas também promove uma compreensão mais ampla dos direitos individuais, do (devido) processo legal, das garantias processuais e dos princípios fundamentais do sistema judicial, permitindo-lhes uma análise comparativa entre as práticas judiciais dos dois países.

Considera-se, também, importante, o conhecimento mais aprofundado sobre o contexto e a presença de Portugal na geopolítica europeia e mundial, através do aprofundamento do conhecimento sobre a União Europeia. Foi, assim, dinamizada uma visita de estudo ao Centro de Informação Europeia Jacques Delors, que permitiu aos estudantes, de forma dinâmica, interativa e muito visual apreenderem

um pouco da história da União Europeia, a sua orgânica e funcionamento, a sua importância para a consolidação da paz na Europa bem como o seu papel crucial na geopolítica mundial, especialmente nas relações com os grandes blocos comerciais, liderados pelos Estados Unidos e pela China, influenciando dinâmicas económicas, políticas e sociais à escala global.

A aposta na educação centrada no estudante

Pela caracterização efetuada, assume-se como modelo pedagógico na leção das UC a educação centrada no estudante, em que o professor surge como um facilitador do processo de aprendizagem, promovendo dinâmicas em contexto de sala de aula que incentivam os estudantes a partilhar, a negociar e a coletivamente construir o seu conhecimentos ([Rogers, 1986](#); [Costa et al., 2008](#); [Unesco, 2016](#)), despertando-lhes a criatividade, a dúvida metódica, a curiosidade epistemológica e a expressão crítica da realidade ([Leal et al., 2017](#)). Neste modelo pedagógico o centro de gravidade do processo de ensino e de aprendizagem deixa de ser o professor e passa a ser o estudante, estimulando, não apenas, o seu desenvolvimento intelectual enquanto estudante, mas também, o seu desenvolvimento enquanto ser humano integral. Promove-se a aprendizagem significativa e a interiorização dos conhecimentos adquiridos, sendo que o estudante assume um controlo ativo sobre o conteúdo e o processo da aprendizagem, pelo que o que aprende, e como aprende, é, moldado pelas suas necessidades, capacidades e interesses ([Schweisfurth, 2013](#)). Para tal deve ser adotada uma abordagem dialógica e participativa na sala de aula ([Marques et al., 2021](#)) com recurso a metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em problemas (*Problem-Based Learning* - PBL), simulações, debates e estudos de caso, estimulando, assim, o pensamento crítico e a aplicação prática dos conteúdos ([Paro, 2011](#)). Ao invés dos “métodos tradicionais de ensino, que privilegiam a transmissão de informações do docente aos alunos e que avaliam os discentes de forma igualitária” ([Seabra et al., 2023](#), p. 3) as metodologias ativas, ao romperem com a ideia do ensino centrado na transmissão hierárquica do conhecimento do docente para o estudante, contribuem, significativamente, para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem. Cabe, neste contexto, ao professor, o papel de mediador, sendo dado ao estudante o lugar de um protagonista que aprende fazendo (Cunha et al., 2024). Garante-se, assim, um melhor desempenho nos processos avaliativos, com reflexo em menores índices de reprovação ([Seabra et al., 2023](#)).

As metodologias ativas são estratégias eficazes para desenvolver a aprendizagem e o pensamento crítico dos estudantes, promovendo a autonomia, a curiosidade e a tomada de decisões individuais e coletivas e, de uma forma geral, o bem-estar dos jovens em formação ([Silva et al., 2022](#)). Ao aproximarem o estudante do contexto real e social, transformam a aprendizagem em motor de mudanças: incentivando a participação do estudante e estimulando uma postura crítica e reflexiva sobre os problemas e a realidade ([Guarda et al., 2023](#)), nomeadamente na área jurídica ([Almeida; Mercado, 2022](#)). Assume-se que este modelo pedagógico permite que os estudantes não apenas adquiram conhecimento, mas também desenvolvam competências transversais, como argumentação, colaboração e resolução de problemas, fundamentais para o sucesso académico e profissional.

Uma última nota no que respeita à metodologia de avaliação. Reconhecendo o impacto da avaliação na monitorização do processo de aprendizagem e o consequente impacto no percurso formativo e académico dos estudantes ([Siqueira; Freitas; Alavarse, 2021](#)) entende-se que a que melhor acautela o sucesso do processo de ensino aprendizagem destes estudantes que, não dominando a Língua Portuguesa simultaneamente aprendem uma língua e conteúdos de especialidade numa área com uma linguagem técnica com vocábulos específicos e se integram num novo país, numa nova cultura com tradições muito diferentes das suas, é o da avaliação contínua com o aumento do peso das atividades desenvolvidas ao longo do semestre (em detrimento dos testes). Assumem-se e concretizam-se, nesta sede, as vantagens da avaliação contínua de entre as quais se destacam ([Black et al., 2003](#)): uma melhoria do processo de aprendizagem, na medida em que facilita uma identificação das necessidades individuais dos estudantes e adaptar o ensino para promover o progresso académico; feedback construtivo e regular sobre o progresso e desempenho dos estudantes (nomeadamente com a discussão dos textos corrigidos no quadro) identificando pontos fortes e áreas a melhorar, para incentivar o aprimoramento contínuo; maior envolvimento dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, tornando-os mais ativos e conscientes dos seus próprios objetivos e progresso; redução da ansiedade, na medida em que se distribui a pressão ao longo do semestre ao invés de se concentrar apenas em avaliações pontuais;

desenvolvimento de habilidades metacognitivas, permitindo uma autoanálise da aprendizagem identificando áreas de melhoria e estratégias para superar dificuldades.

A avaliação contínua possibilita, ainda, uma personalização do ensino, atendendo às necessidades específicas de cada estudante, promovendo uma educação mais inclusiva. Ao fornecer feedbacks frequentes, os estudantes podem refletir sobre a sua aprendizagem, identificando os seus pontos fortes e as áreas que necessitam ser aprimoradas. Esta metodologia contribui, também, para o desenvolvimento de competências socio emocionais, como autonomia e engajamento, essenciais para a formação integral dos estudantes.

Esta avaliação deve, contudo, ser combinada com estratégias diversificadas, como a autoavaliação e a coavaliação, promovendo a participação ativa dos estudantes na análise do seu próprio desempenho e no reconhecimento da importância da colaboração na construção do conhecimento ([Paro, 2011](#); [Black et al., 2003](#)).

A adoção de uma abordagem avaliativa dinâmica e interativa, aliada a metodologias ativas centradas no estudante, favorece não apenas o domínio da Língua Portuguesa aplicada ao Direito, mas também a construção de competências éticas, críticas, reflexivas e colaborativas, essenciais para a atuação profissional em contextos jurídicos e comerciais ([Almeida; Mercado, 2022](#)). Contribui-se, assim, para um ambiente de aprendizagem mais eficaz e inclusivo, preparando melhor os estudantes para futuros desafios académicos e profissionais.

ANÁLISE REFLEXIVA DO PERCURSO FORMATIVO

Fazendo uso de uma técnica de análise estratégica pensada para o mundo empresarial, propomo-nos, de seguida, efetuar uma análise SWOT, enunciando os pontos fortes (*strengths*), as fraquezas (*weaknesses*), as oportunidades (*opportunities*) e as ameaças (*threats*) para estudantes e docentes envolvidos nas unidades curriculares de Língua Portuguesa como Língua Estrangeira Aplicada I e II.

A aplicação desta técnica ao ensino tem sido equacionada em diversos estudos que enfatizando a necessidade da sua adaptação às dinâmicas, especificidades e desafios do setor, nomeadamente a resistência à mudança e a complexidade das dinâmicas educativas, sustentam que a análise SWOT, ao oferecer uma visão holística, pode trazer valiosos insights para a inovação do setor, para a sua melhoria contínua e para a tomada de decisões estratégicas ([Ferreira et al., 2024](#); [Menezes et al., 2022](#)). Decorrente de uma análise crítica, estruturada e fundamentada, identifica-se um conjunto de fatores internos e externos que permitem uma avaliação objetiva do seu funcionamento, um planeamento estratégico do seu futuro e a promoção da melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem. Pretende-se, por esta via, maximizar os pontos fortes identificados, superar os pontos fracos, aproveitar as oportunidades disponíveis e mitigar as potenciais ameaças.

A licenciatura em Relações Comerciais China-Países Lusófonos é um curso diferenciador, por oferecer uma formação interdisciplinar, que integra as práticas de comércio internacional, com o estudo da língua e cultura portuguesas. Este tem, ainda, a particularidade, de integrar um ano de imersão na Europa, em particular em Portugal, que oferece aos estudantes uma experiência rica e transformadora. O contacto com contextos amplos, reais e autênticos, promove a interação com falantes nativos e a participação em atividades práticas, que tornam mais significativas a aprendizagem da Língua Portuguesa e das nuances culturais que a permeiam.

Um dos pontos fortes do curso é, portanto, a oportunidade que os formandos têm de desenvolver competências linguísticas fundamentais à intermediação de negociações em mercados complexos, enquanto constroem uma sensibilidade multicultural e que expandem horizontes pessoais e profissionais. Além disso, o contacto com uma realidade académica e laboral diferente da que estão habituados, com novos métodos de ensino, formas de trabalho e perspetivas profissionais, é uma oportunidade de crescimento única, que torna estes profissionais mais competentes e competitivos no mercado global.

Os aspetos expostos são fatores motivacionais para os jovens que integram o curso, mas também existem desafios que estes têm de enfrentar, especialmente aqueles que ingressam no 2.º ano com uma proficiência em Língua Portuguesa limitada. Como referido na secção deste artigo dedicada à Planificação, espera-se que os estudantes cheguem a Portugal com o nível A2 do QECR ([Conselho da](#)

[Europa, 2001](#)), de forma a poderem evoluir para o estatuto de utilizadores independentes (nível B do QECR). No entanto, considerando os resultados obtidos no teste de diagnóstico realizado no início do ano letivo, é evidente que alguns estudantes não têm essa familiaridade com o idioma, o que se vem a revelar como um bloqueador à participação nas atividades, letivas e extracurriculares, comprometendo o aproveitamento académico. Do ponto de vista dos professores, o desequilíbrio de conhecimentos entre os estudantes, é um forte condicionante ao ritmo das aulas, gerando situações em que alguns elementos se sentem sobrecarregados e outros desmotivados pela desadequação do nível de exigência, face ao seu nível de conhecimentos.

A adaptação a um novo continente, país e a uma nova realidade académica também se pode tornar um desafio para o curso, o que é especialmente relevante para os estudantes que se encontram, pela primeira vez, numa experiência longe de casa, o que se evidencia, no curso de RCCPL, na maior parte dos casos. A mudança envolve não apenas questões administrativas/burocráticas, como a obtenção de vistos e autorização de residência, como aspetos de vida diária, como a adaptação ao clima, à gastronomia, aos hábitos e costumes, e também fatores emocionais, como as saudades da família e dos amigos. Em paralelo, lidar com as diferenças nos métodos de ensino e no sistema de avaliação implementados em Portugal, face às práticas pedagógicas mais tradicionais aplicadas na China, pode ser um processo desgastante, exigindo resiliência e flexibilidade dos estudantes.

Ainda assim, entende-se que o curso apresenta mais oportunidades do que fraquezas. Este proporciona a oportunidade de explorar áreas de especialidade, nomeadamente o Direito, de forma prática, contextualizada e interligada com o aumento da proficiência em Língua Portuguesa. Esta experiência, por ser desenvolvida no contexto europeu, agrega valor ao percurso académico dos estudantes, colocando-os em vantagem no mercado global de trabalho.

Para os docentes envolvidos no curso, também se identificam oportunidades significativas. A interação com a cultura chinesa permite expandir conhecimentos e refletir sobre as abordagens pedagógicas, adaptando-as às necessidades de um público com características específicas, o que potencia competências na área da diferenciação pedagógica. Para além disso, o trabalho colaborativo e interdisciplinar com colegas de diferentes áreas do conhecimento promove a inovação e a partilha de boas práticas, criando um ambiente académico mais rico.

Ao longo do percurso formativo, importa estar atento a eventuais ameaças ao sucesso dos estudantes, em particular, e do curso em geral, adotando estratégias de suporte. O sentimento de frustração e desmotivação, provocado pelo choque cultural e linguístico é, nalguns casos, difícil de superar, estando associado a um certo isolamento, que gera dificuldades de adaptação à vida académica, mas também ao estabelecimento de relações interpessoais, reduzindo a mais valia de um ensino ministrado em imersão. Questões como normas sociais, sistemas de ensino e até abordagens políticas podem gerar confusão ou desconforto, dificultando a inclusão plena dos jovens-estudantes.

Outro ponto crítico refere-se às dificuldades de compreensão e assimilação do conteúdo das áreas de especialidade, considerando que os estudantes ainda estão num momento inicial de aprendizagem da língua, o que pode prejudicar o seu desempenho académico e limitar a sua capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em situações práticas, como os estágios extracurriculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano curricular do 2.º ano do curso de Relações Comerciais China-Países Lusófonos, e em especial, as Unidades Curriculares de Língua Portuguesa como Língua Estrangeira Aplicada I e II, abrangem todas as competências definidas no QECR ([Conselho da Europa, 2001](#)) com foco específico nas habilidades de oralidade, leitura e escrita, particularizando, sempre, ao contexto jurídico. Na oralidade, promovem-se debates sobre questões legais relevantes, permitindo que os estudantes expressem os seus pontos de vista e argumentem com base em normas e princípios jurídicos e usando a terminologia técnico-jurídica aplicável e apreendida. São, também, dinamizadas atividades como jogos de interpretação, discussões em grupo, resolução de casos práticos e simulações, dando especial atenção à pronúncia e à entoação, especialmente importante e desafiadora para estudantes falantes de chinês, dado os sons únicos da Língua Portuguesa.

Na leitura, é incentivada a análise crítica da Língua Portuguesa em contextos do cotidiano, por meio da leitura e análise de textos autênticos, como artigos de jornais, bem como em contexto técnico-jurídico, por meio de textos doutrinários, legais e jurisdicionais. No domínio da escrita, os alunos praticam a redação jurídica, elaborando documentos como petições, pareceres e contratos, para assim desenvolverem as suas habilidades de escrita em contexto.

O ensino da gramática é contextualizado, demonstrando como as estruturas gramaticais são aplicadas em diferentes contextos jurídicos.

Estas abordagens são altamente interativas e envolvem ativamente os estudantes no seu próprio processo de aprendizagem, proporcionando uma oportunidade para aplicação prática de conceitos jurídicos, desenvolvimento de competências de resolução de problemas e tomada de decisões, para além de capacidades de trabalho colaborativo, aliadas, sempre, ao reforço e à prática da Língua Portuguesa. Esta metodologia pretende consolidar os conhecimentos e as competências de comunicação oral e escrita, nomeadamente através da utilização em contexto dos conceitos básicos do Direito, tornando a aprendizagem da Língua Portuguesa mais prática, envolvente e alinhada com a realidade jurídica.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, Elisa. **Inovação e renovação acadêmica: guia prático de utilização de metodologias e técnicas ativas**. Volta Redonda, RJ: FERP, 2020
- ALMEIDA, Douglas; MERCADO, Luís, Metodologias Ativas como Estratégias Didáticas no Ensino Jurídico, **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 21, n. 1, p. 169-189, 2022. DOI:[10.14210/contrapontos.v21n1.p169-189](https://doi.org/10.14210/contrapontos.v21n1.p169-189)
- BLACK, Paul; HARRISON, Chris; LEE, Clara; MARSHALL, Bethan; WILLIAM, Dylan. **Assessment for Learning - putting it into practice**. Maidenhead, U.K.: Open university Press, 2003.
- CONSELHO DA EUROPA. **Quadro comum europeu de referência para as línguas: aprendizagem, ensino, avaliação**. Porto, Portugal: Asa, 2001.
- CUNHA, Marcia Bordin et al. Metodologias Ativas: em busca de uma caracterização e definição. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 40, e39442, 2024. DOI: [10.1590/0102-469839442](https://doi.org/10.1590/0102-469839442)
- DUARTE, Inês. **O Conhecimento da Língua: Desenvolver a Consciência Lexical**. Lisboa, Portugal: Ministério da Educação - DGIDC, 2011.
- FERREIRA, Joelson; ÁTILA, de Sousa; CASTILHOS Carolina; JÚNIOR, Hermócrates; CARRETERO, Jônathas; HOLANDA, Maria; BATISTA, Moésia; NARCISO, Rodi. Análise SWOT na Gestão Educacional: Estratégias para melhoria contínua. **Revista Foco – Interdisciplinary Studies**, Curitiba (PR), v.17, n.º 1, e4073, p. 1-14, 2024. DOI:[10.54751/revistafoco.v17n1-041](https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n1-041)
- FIGUEIREDO, Olívia. O Português abre portas: a quem? E como?. *In*: GREENFIELD, J. (org.). **Ensino das Línguas Estrangeiras: Estratégias Políticas e Educativas**. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 107-114.
- GOODMAN, Kenneth. Reading: A psycholinguistic guessing game. **Journal of the Reading Specialist**, Philadelphia, USA, v. 6, p. 126-135, 1967.
- GU, Qing; SCHWEISFURTH, Michele. Who adapts? Beyond cultural models of “the” Chinese learner. **Language, Culture and Curriculum**, Abingdon, Reino Unido (UK), v. 19, n. 1, p. 74–89, 2006. DOI:[10.1080/07908310608668755](https://doi.org/10.1080/07908310608668755)
- GUARDA, Dionara; GEHLEN, Graciela; BRAGA, Gimene; HEY, Albimara. Validação de instrumento de avaliação da metodologia ativa de sala de aula invertida. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49 (contínuo), e248000, p. 1-18, 2023. DOI:[10.1590/S1678-4634202349248000por](https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349248000por)
- HARMER, Jeremy. **The Practice of English Language Teaching**. Harlow, England: Longman, 2012.
- HU, Guangwei. Potential cultural resistance to pedagogical imports: The case of communicative language teaching in China. **Language, Culture and Curriculum**, Abingdon, Reino Unido (UK), v. 15, n. 2, p. 93–105, 2002.

- LEAL, Edvalda; MIRANDA, Gilberto; CASA NOVA, Silvia. **Revolucionando a sala de aula: como envolver o estudante aplicando as técnicas de metodologias ativas de aprendizagem**. São Paulo, Brasil: Atlas, 2017.
- LEFFA, Wilson (2000), Aspectos externos e internos da aquisição lexical. *In*: LEFFA, V. J. (Org.). **As Palavras e a sua Companhia: o léxico na aprendizagem das línguas**. Pelotas: ALAB/EDUCAT, 2000. p. 15–44.
- XXXX, 2018.
- MENEZES, Kátia da Silva Vianna; PESSANHA, Pedro Augusto; NETO, Romeu e Silva; HORA, Henrique Rego Monteiro. A matriz SWOT como instrumento de gestão estratégica de uma instituição pública de ensino superior. **Sistemas & Gestão Journal**, Niterói, Rio de Janeiro, n. 17, p. 196-211, 2022. DOI:10.20985/1980-5160.2022.v17n2.1763
- MARQUES, Humberto; CAMPOS, Alyce; ANDRADE, Daniela; ZAMBALDE, André. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas. **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Brasil, v. 23, n. 3, p. 614-634, 2021.
- MISHAN, Frieda. **Designing Authenticity into Language Learning Materials**. Bristol, UK: Intellect, 2005.
- NASSAR, Farid; ABBAS, Ahmed; AL-SAIIFY, Hassan; ALI, Omar. The Impact of Extracurricular Activities on Developing Academic Standing, Student Satisfaction, Performance, and Bolstering the Academic Reputation of Higher Education Institutions from the Perspective of SDGs. **Journal of Lifestyle and SDGs Review**, Itajubá, Brasil, v. 5, n. 1, e02758, 2024. DOI:10.47172/2965-730X.SDGsReview.v5.n01.pe02758
- NUNES, Ana; ANTUNES, Francisco. Percepções de estudantes universitários chineses sobre o ensino-aprendizagem de português língua estrangeira – Iniciantes. **Études Romanes de BRNO**, Brno, República Checa, v. 31, p. 195-215, 2020. DOI:[10.5817/ERB2020-1-13](https://doi.org/10.5817/ERB2020-1-13)
- PARO, Vitor (2011). Autonomia do Educando na Escola Fundamental: um tema negligenciado. **Educar Em Revista**, Curitiba, Paraná, v. 27, n. 41, p. 197–213, 2011.
- PAZ, Dioni. A teoria de Gough e o modelo ascendente de leitura. **Linguagens & Cidadania**, Santa Maria, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 1, 2006. DOI:[10.5902/1516849228337](https://doi.org/10.5902/1516849228337)
- PIRES, Manuel. Role-play como estratégia de ensino de língua: a perspectiva de estudantes de português na China. **RILP - Revista Internacional em Língua Portuguesa**, Lisboa, Portugal, v. 40, p. 35-51, 2021.
- ROGERS, Carl. **Liberdade de aprender em nossa década**. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas, 1986.
- SCHWEISFURTH, Michele. Learner-centred education in international perspective. **Journal of International and Comparative Education**, Kuala Lumpur, Malásia, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2013. DOI:[10.14425/00.45.70](https://doi.org/10.14425/00.45.70).
- SEABRA, Adriene; COSTA, Victor; BITENCOURT, Estefanny; GONÇALVEZ, Terezinha; BENTO-TORRES, João; BENTO-TORRES, Natáli. Metodologias ativas como instrumento de formação acadêmica e científica no ensino em ciências do movimento. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 49 (contínuo) e255299, p. 1-20, 2023. DOI:[10.1590/S1678-4634202349255299](https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349255299)
- SIQUEIRA, Valéria; FREITAS, Pâmela; ALAVARSE, Ocimar. Teachers and teacher education gaps in learning evaluation: evidence and questions. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e241339, p. 1-17, 2021. DOI:[10.1590/S1678-4634202147241339](https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147241339)
- SILVA, Elsa; AMORIM, Catarina; APARÍCIO-HERGUENDAS, José; BATISTA, Paula. Trends of Active Learning in Higher Education and Students' Well-Being: A Literature Review. **Frontiers in Psychology**, Lausanne, Suíça, v. 13, Article 844236, 2022. DOI:[10.3389/fpsyg.2022.844236](https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.844236)
- SOUSA, Marcelo Rebelo de; GALVÃO, Sofia. **Introdução ao Estudo do Direito**. Lisboa, Portugal: Lex, 2000.
- SOUSA, Marcelo Rebelo de; GALVÃO, Sofia. **Introdução ao Estudo do Direito**. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa América, 1998.
- UNESCO. **Glossário de Terminología Curricular**, 2016. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000223059_por
- VIANA, Fernanda Leopoldina; RIBEIRO, Iolanda. Compreensão da leitura. *In*: **LER: Leitura, escrita, recursos**, Lisboa, Portugal, 2020.

VILELA, Mário. **Estudos de Lexicologia do Português**. Coimbra, Portugal: Almedina, 1994.
VILLALVA, Alina; SILVESTRE, João. **Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do português**, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Ambos os autores contribuíram de forma equitativa em todas as partes do artigo.

Susana Sardinha Monteiro: Conceptualization; Formal Analysis; Investigation; Methodology; Writing – Original Draft Preparation; Review & Editing.

Catarina Mangas: Conceptualization; Formal Analysis; Investigation; Methodology; Writing – Original Draft Preparation; Review & Editing.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.